

COM A DESCULPA QUE É PRECISO RECUPERAR OS RENDIMENTOS DAS CLASSES DESFAVORECIDAS, A CLASSE MÉDIA, QUE É AQUELA QUE MAIS PAGA AO ESTADO, CONTINUA ESMAGADA COM IMPOSTOS E ESQUECIDA PELO GOVERNO

Instalou-se na nossa sociedade mediática um discurso que tende a esquecer os direitos daqueles que mais contribuíram com os seus descontos para a sustentabilidade da Segurança Social e da CGA, e daqueles que, com os seus impostos, pagam o funcionamento do Estado. O discurso dos “*pobrezinhos*”, substituiu o discurso da justiça e da equidade. Embora correndo o risco de ser criticado por “*politicamente incorreto*”, não podemos deixar de denunciar este discurso dominante no espaço público e político que contribui também para agravar injustiças e desigualdades no país.

Vem tudo isto a propósito quer do aumento das pensões (*em que os pensionistas com pensões superiores a 845€/mês são considerados ricos, e têm as suas pensões congeladas desde 2010*), e também a propósito do debate sobre a baixa do IRS para reduzir o enorme aumento de impostos de Vítor Gaspar/Passos Coelho/Paulo Portas, em que também aqui o atual governo veio defender a alteração das taxas de IRS apenas para os dois escalões mais baixos da tabela de IRS

OS DOIS PRIMEIROS ESCALÕES DA TABELA DE IRS ABRANGEM CERCA DE 73% DOS AGREGADOS, QUE CONTRIBUEM COM APENAS COM 11,5% DO IRS RECEBIDO PELO ESTADO

O quadro 1, contém os agregados familiares, os rendimentos brutos destes agregados declarados para efeitos de IRS, e o IRS a pagar repartidos por escalões de rendimento bruto anual. E referem-se ao ano de 2015, que são os dados mais recentes divulgados pelo Ministério das Finanças, embora a situação atual não deve ser diferente da de 2015 pois a tabela de IRS não foi alterada desde aquele ano.

Quadro 1- Repartição dos agregados, do seu rendimento bruto, e do IRS a pagar por escalões de rendimento bruto anual – Ano de 2015

ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO ANUAL- euros	RENDIMENTO MENSAL BRUTO (anual a dividir por 12)	TAXA DE MÉDIA DE IRS INDICATIVA APLICADA AO RENDIMENTO BRUTO ANUAL (somou-se aos escalões de rendimento coletável a dedução específica)	Nº agregados		Rendimento Bruto- Milhões €		IRS a pagar - Milhões €	
			2015	% do Total	2015	% do Total	2015	% do Total
0 - [0]			87.354	1,7%	0	0,0%	50	0,5%
01 - [1 A 5.000 [Até 357€/mês	Até 4.104€ => Taxa 0% de IRS	706.034	14,1%	1.383	2,7%	49	0,5%
02 - [5.000 A 10.000 [Sup. 357€ até 714€/mês	Superior a 4.104€ até 11.195€, a taxa média de IRS aplicável é 14,5%	1.544.012	30,8%	9.307	18,5%	163	1,6%
03 - [10.000 A 13.500 [Sup. 714€ até 964€/mês	Superior a 11.105€ até 24265 €, a taxa média de IRS que se aplica é 23,6%	686.587	13,7%	5.938	11,8%	304	3,0%
04 - [13.500 A 19.000 [Sup. 964€ até 1357€/mês		666.016	13,3%	7.576	15,1%	595	5,9%
SOMA (0+01+02+03)			3.690.003	73,7%	24.204	48,1%	1.161	11,5%
05 - [19.000 A 27.500 [Sup. 1357€ até 1964€/mês	Superior a 24.265€ até 44.626€, a taxa que média que se aplica 30,3%	575.497	11,5%	8.552	17,0%	1.194	11,8%
06 - [27.500 A 32.500 [Sup. 1964€ até 2321€/mês		181.129	3,6%	3.242	6,4%	689	6,8%
07 - [32.500 A 40.000 [Sup. 2321€ até 2857€/mês		183.937	3,7%	3.791	7,5%	1.043	10,3%
SOMA (05+06+07)			940.563	18,8%	15.584	31,0%	2.926	29,0%
08 - [40.000 A 50.000 [Sup. 2857€ 3.571€/mês	Sup. a 44.626€ até 84.744€ a taxa média de IRS que se aplica é 45%	143.604	2,9%	3.342	6,6%	1.135	11,3%
09 - [50.000 A 100.000 [Sup. 2857€ até 7143€/mês		198.000	4,0%	5.613	11,2%	2.959	29,3%
10 - [100.000 A 250.000 [Sup. 7143€ até 18.857€/mês	Superior a 84.744€ taxa média de IRS aplicável é 48%	34.030	0,7%	1.325	2,6%	1.436	14,2%
11 - [250.000 A *** [Sup. 18.857€/mês		2.452	0,0%	219	0,4%	471	4,7%
TOTAL			5.008.652	100%	50.287	100%	10.088	100%

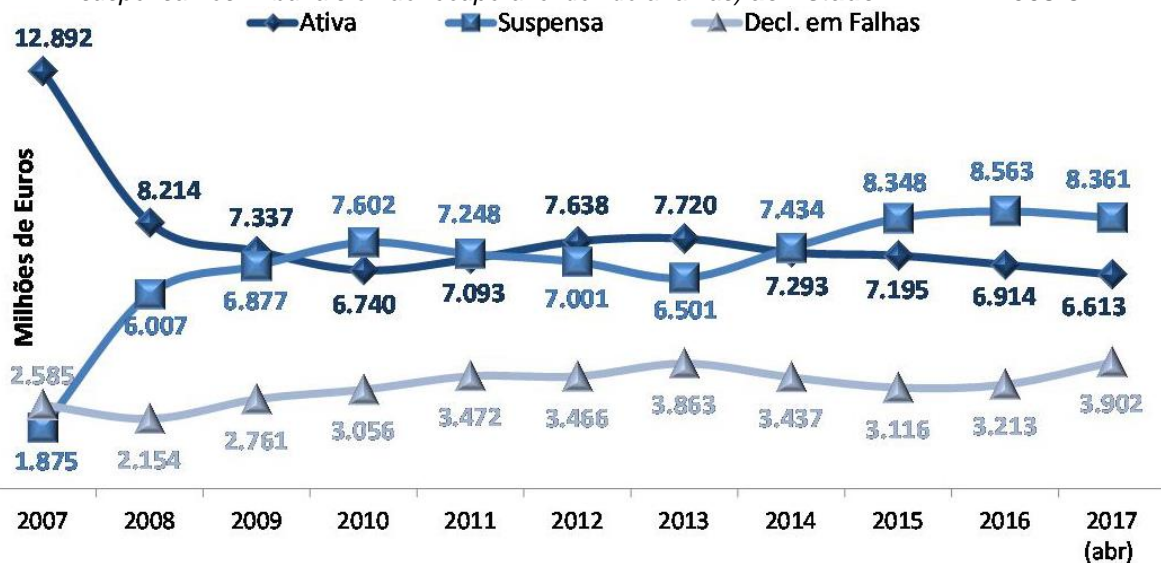
FONTE: Administração Tributária+A64 - Ministério das Finanças

Para justificar a sua proposta o governo afirma que 73% são beneficiados com a alteração das taxas dos dois primeiros escalões da tabela de IRS, no entanto esquece-se de dizer que isso representa um muito reduzido alívio da carga fiscal. Como mostram os dados do quadro 1, esses agregados só pagam cerca de 11,5% do IRS, mantendo-se o enorme aumento de impostos do governo PSD/CDS sobre a classe média (*trabalhadores e pensionistas com rendimentos entre 1.357€ e 2.857€*), que apesar de serem apenas 18,8% dos agregados pagam 29% de toda a receita de IRS arrecadada pelo Estado. Para a classe média, que está sobrecarregada com congelamento de pensões e aumento de impostos, é uma grande injustiça, e terá certamente consequências sociais e políticas.

NO LUGAR DE CONTINUAR A ESMAGAR COM IMPOSTOS A CLASSE MÉDIA, É NECESSÁRIO COMBATER EFICAZMENTE A EVASÃO E FRAUDE FISCAL, O QUE CONTRIBUÍRIA PARA SE PODER IMPLEMENTAR UMA MAIOR JUSTIÇA FISCAL

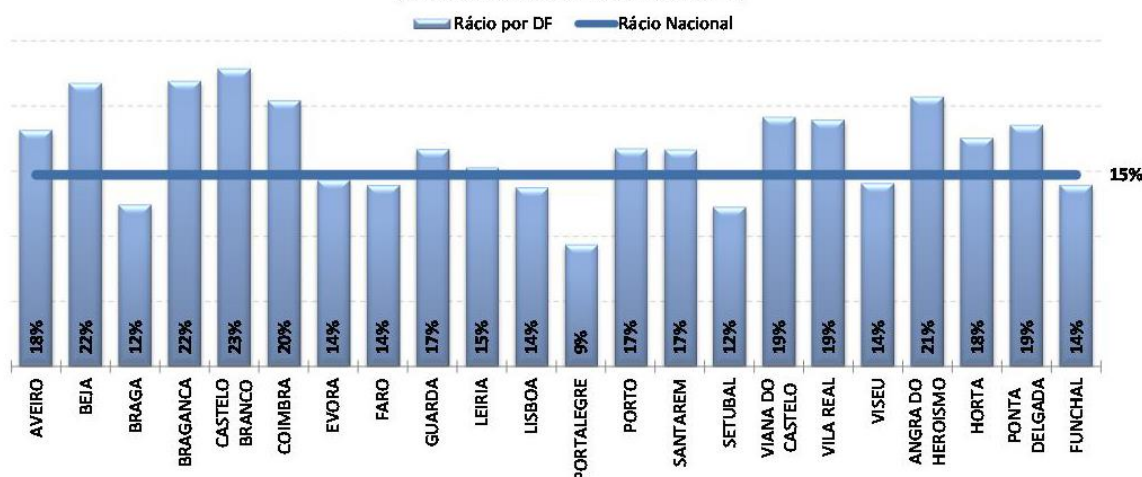
O gráfico 1, retirado do Boletim de Informação Trimestral dos Créditos Tributários da AT do Ministério das Finanças de Abril de 2017, revela o gigantesco montante de impostos em dívida ao Estado, que não para de aumentar o que obriga, para compensar, ao esmagamento da classe média com impostos.

Gráfico 1 – Repartição da carteira da dividas fiscais (Ativa nas Repartições de Finanças, suspensa nos Tribunais e não recuperável devido a falhas) ao Estado – Em milhões €



Entre 2007 e Abri-2017, o valor das dividas à Administração Fiscal (Ativas, suspensas e com falhas) aumentou de 17.352 milhões € para 18.876 milhões €. E isto apesar de prescreverem todos os anos centenas de milhões € de dividas ao Estado que não são cobradas pela “máquina fiscal”, como tem revelado o Tribunal de Contas. Além destas há ainda as dividas à Segurança Social que devem rondar já os 12.000 milhões € que pouco ou nada se faz (no 1º ano o governo ainda apresentou um miniplano para recuperar mas deixou de o fazer e ninguém diz nada). O gráfico 2, retirado do mesmo Boletim, mostra a reduzida taxa de recuperação da divida fiscal ao Estado pela “máquina fiscal” por distritos do país

**Gráfico 2
Cobrança Coerciva sobre Dívida Ativa (Tramitável)**
(Valores acumulados até abril/2017)



Em média apenas 15% da divida ativa, embora variando muito de distrito para distrito, ou seja, 15% dos 6.613 milhões € de um total 18.876 milhões € de dividas ao Estado, foi cobrada coercivamente durante o ano de 2017 até a Abril, como mostra o gráfico 2.

É evidente que se a cobrança fosse mais eficaz e rápida, e a divida mais reduzida, certamente já se poderia aliviar também a classe média com menos impostos. Para que poucos não paguem impostos sobre os dividendos que recebem (Pingo Doce, Continente, Autoeuropa, acionistas estrangeiros que controlam as empresas estratégicas portuguesas, de que é ex. EDP, REN, FIDELIDADE, PT, NOS, a maioria dos bancos, etc), e outros não paguem as dividas que têm ao Estado, a classe média, que paga uma parcela significativa da receita de IRS arrecadada pelo Estado, continua esquecida, ou corre o risco de mais uma vez esquecida no Orçamento do Estado para 2018. Estamos aqui para ver os resultados da negociação do OE-2018 tão badalada nos media.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 30-8-2017